

HISTORIOGRAFIA DA FARROUPILHA: ENTRE OS ÁULICOS E A CONSTRUÇÃO DA ORDEM MONÁRQUICA

*Historiography of farroupilha: between the courtiers and
the construction of the monarchical order*

Fabício Antônio Antunes Soares¹

RESUMO

O presente artigo quer examinar como a operação historiográfica se articula com a construção de sentido na narrativa da historiografia. O período e espaço investigado é a primeira metade do século XIX no Brasil. Isto é, tem-se por objetivo analisar como foi construída a narrativa sobre a Farroupilha no contexto denominado “Construção da Ordem”. Para isso, é analisada a obra/fonte Negócios do Rio Grande, do político e integrante do IHGB Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho, que foi publicada no respectivo período. Portanto, o problema que norteia o artigo é saber como tal obra/fonte se articula com a construção da ordem monárquica, por um lado, e, por outro lado, na disputa política palaciana em torno do monarca. Por fim, o artigo infere que, ao analisar tais obras a partir da operação historiográfica, política e historiografia correm em via única para o sentido narrativo das obras examinadas.

Palavras-chave: história da historiografia; história intelectual; teoria da história.

ABSTRACT

This article aims to examine how the historiographical operation is articulated with the construction of meaning in the narrative of historiography. The period and space investigated is the first half of the 19th century in Brazil. That is, the objective is to analyze how the narrative

¹Professor da FMP/SC e professor da Flacso/Brasil. Doutor em história pela PUCRS com estágio doutoral pela Universidade Livre de Berlim. Pós-doutor em História pelo PPGH/UDESC. E-mail: fabricioantunessoares@gmail.com

about the Farroupilha was constructed in the context called “Construction of Order”. To this end, the work/source *Negócios do Rio Grande*, by the politician and member of the IHGB Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho, which was published in the respective period, is analyzed. Therefore, the problem that guides the article is to know how such work/source is articulated with the construction of the monarchical order, on the one hand, and, on the other hand, in the palace political dispute around the monarch. Finally, the article infers that, when analyzing such works from the historiographical operation, politics and historiography run in a single direction towards the narrative meaning of the works examined.

Keywords: history of historiography; intellectual history; theory of history.

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar a obra/fonte *Negócios do Rio Grande*, publicada em 1842, pelo político, advogado e membro do IHGB, Saturnino Coutinho (1803-1848), que é uma narrativa histórica que, por um lado, se articula a construção da ordem monárquica do Brasil oitocentista e, por outro lado, é a segunda análise da Farroupilha publicada por um membro do IHGB.² Para tanto, a hipótese que norteia o artigo é de que Coutinho narra a Farroupilha como uma forma de defesa sua e de seu grupo político no período de consolidação da monarquia no Brasil.

Para desenvolver a hipótese proposta, o artigo vale-se da operacionalidade analítica de entender a *Negócios do Rio Grande* como sendo uma operação historiográfica (Certeau 2007, p. 65-119). Portanto, um dos caminhos desta investigação é saber como as obras se articulam com o lugar social, com a prática e a escrita, em outras palavras, como é possível perceber a “operação historiográfica” na historiografia sobre a Farroupilha (Rodrigues 2019, Soares 2019). Assim sendo, examinar a obra como uma operação historiográfica significa analisá-la como a articulação entre a) um lugar social b) práticas científicas e c) a escrita de um texto (Certeau 2007, p. 66). Para compreender, portanto, a história da historiografia sobre a

² A primeira obra histórica sobre a Farroupilha é *Bosquejo histórico* de 1841, também escrita por Saturnino Coutinho.

Farroupilha (Pesanvento 2009, Soares, 2016), parte-se do pressuposto de que qualquer investigação e narrativa histórica³ se encadeia com lugares, práticas e escritas e, também, com suas determinações tanto sociais e culturais como políticas e econômicas⁴. Isso acarreta uma forma de proceder na historiografia limitada por condições inerentes ao lugar de sua produção. Esse é, então, um dos requisitos do desenvolvimento da operação historiográfica, portanto, além de fornecer, por um lado, a solidez social à escrita da história, por outro lado, o lugar social, a prática e a escrita, também a tornam possível e, assim, a escrita da história delinea-se “por uma *relação da linguagem* com o corpo (social) e, portanto, também pela sua relação com os *limites* que o corpo impõe” (Certeau 2007, p. 76).

Assim sendo, a Farroupilha, ou Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos⁵, foi um conflito militar e político na Província de São Pedro⁶ entre 1835 e 1845. Ela faz parte de um duplo movimento histórico, a montante, faz parte das revoltas regenciais que assolaram o Império Brasileiro em seu início de consolidação (Piccolo 1985) e, a jusante, faz parte dos conflitos platinos que varreram essa região na constituição de seus Estados-nacionais (Guazzelli 1998). Desse modo, a Farroupilha começou como um movimento de autônima política da Província, como as demais províncias brasileiras, para um ano depois, tornar a Província de São Pedro uma República separada do Brasil. Também, a Farroupilha tornou-se o pilar central da identidade do sul-rio-grandense, pelas mais variadas práticas simbólicas, ao longo de um século.

A memória histórica foi publicada por Coutinho no início da década de 1840, já com o processo de centralização monárquica liderada pelo Partido Conservador em ação. Assim sendo, em uma esfera pública regionalizada e limitada, a socialização de Coutinho foi na facção áulica, nos jornais *A verdade*

3 A narrativa, no caso deste artigo, reconstrói o tempo histórico no presente. Para Ricoeur (1994), pela junção de um sujeito e um predicado, algo é alegado sobre o sujeito da frase. Quando o romancista e o historiador narram, criam na obra o que foi a história. A narrativa – historiográfica ou literária – relata a vida de personagens em um enredo que produz a convergência a partir da divergência. Os indícios do passado, nas fontes e vestígios, adquirem sentido no enredo de uma narrativa, e, deste modo, um sentido é constituído para os fenômenos que surgem dispersos na linguagem. Assim, o mundo do texto, que a narrativa institui, é um dos lugares de sentido do passado.

4 Isso averiguado, é importante para o desenvolvimento desse artigo ter-se em consideração que para examinar a historiografia é necessário entender não apenas o seu caráter narrativo, mas, também, sua dimensão social e os usos políticos do passado na escrita da história. As narrativas circulam socialmente, mas não circulam livremente, elas são produzidas e transmitidas em um contexto político-social. São escritas com uma finalidade: estabelecer uma conformação política sobre o corpo social (Hartog; Revel, 2001).

5 Outras denominações pela qual a Farroupilha é conhecida.

6 Nome do atual Estado do Rio Grande do Sul.

e *Sentinela da verdade*, Universidade de Coimbra e a Guarda-Nacional. No contexto da construção da ordem, há na obra de Coutinho a disputa política em torno do monarca e do processo de construção e centralização do nascente regime monárquico. Além disso, sua defesa dos áulicos norteia a interpretação e escrita da obra e, também, é um ponto metodológico importante do artigo.

Portanto, para atingir o objetivo aqui proposto, dividiu-se o artigo em quatro partes. A primeira investiga o lugar social de produção de *Negócios*, isto é, o contexto político e social do segundo quartel no Brasil do século XIX período em que se ambientou a escrita dos livros. A segunda parte averigua a prática científica exposta na obra. A terceira parte examina a indissociabilidade do lugar social e da prática científica na operação historiográfica do Brasil oitocentista. A quarta e última parte, analisa a escrita da história da Farroupilha na fonte/obra.

O lugar social: a construção da ordem

O período imperial brasileiro foi um longo parto do Estado-nação na interpretação de Carvalho (2012). Nesse período, o Brasil consolidou a sua independência, garantiu a unidade da territorial, definiu suas relações externas, fundou uma monarquia constitucional, manteve a liberdade de imprensa, deu os primeiros passos na industrialização e, demoradamente, terminou com o trabalho escravo. O período do Brasil imperial analisado neste artigo vai de 1838 a 1850 e é denominado, por Carvalho, como a construção da ordem – momento em que foram lançados os fundamentos do Estado imperial brasileiro⁷. E é nesse período que está a fonte analisada neste artigo. Portanto, à sua maneira, ela participa da construção da ordem. Saturnino de Sousa Oliveira Coutinho foi o letrado e o político que escreveu essa obra e, também, foi o primeiro autor a publicar uma memória histórica sobre a Farroupilha. Também, ele foi duas vezes presidente da Província do Rio Grande. Na sua memória histórica, a escrita está direcionada para a sua defesa pessoal e de seu grupo político, como também para a salvaguarda da jovem monarquia.

Também, a inauguração do IHGB, em 1838, está no contexto que foi denominado a construção da ordem, que começa em 7 de abril de 1831 quando D. Pedro I abdicou do poder em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, à época

7 Dolhnikoff (2005, pg. 85) problematiza as afirmações de Carvalho.

com cinco anos de idade. Nesse contexto, em 1831, aumentara a tensão política em torno D. Pedro I. Na oposição a ele estavam liberais, republicanos e os brasileiros em geral incomodados com as práticas despóticas, com a lusofilia do governante e as questões derivadas da luta política em Portugal (Brancato, 2004; Gonçalves, 2012). Com a impossibilidade de seu filho assumir o trono, a abdicação de D. Pedro I deu início a um período de intensa disputa política. Essa época ficou conhecida como período regencial e durou de 1831 a 1840. Para Carvalho (2012, p. 87), como na América hispânica, “houve no Brasil instabilidade, revoltas regionais, conflitos urbanos, secessões. A diferença em relação aos países hispânicos foi que o Brasil conseguiu sobreviver ao teste e manter sua unidade política”. O período regencial teve duas fases: de 1831 a 1837 correspondeu ao domínio dos liberais moderados e de 1837 a 1840 foi caracterizado pela reação conservadora.

A resposta inicial à abdicação foi de um alvoroço geral. Entretanto, a percepção de liberdade arrastou a eclosão de revoltas. Para Carvalho, o motivo mais comum para os conflitos foi o antilusitanismo, pois, os portugueses ocupavam posições importantes na administração civil e militar e dominavam o comércio. Também, os liberais moderados, no controle do governo da regência, tiveram que lutar com dois problemas: por um lado, a manutenção da ordem pública e, por outro lado, as pressões federalistas. Para solucionar o primeiro problema, criaram a Guarda Nacional com o fim de “colocar a manutenção da ordem nas mãos dos que tinham algo a defender, isto é, dos proprietários” (Carvalho, 2012, p. 89) e em relação ao federalismo, a Constituição de 1824 era demasiadamente centralizadora para um país tão vasto. Portanto, em 1834 foi reformada a Constituição por um Ato Adicional. O novo sistema só não foi inteiramente federal porquanto os presidentes permaneciam a serem designados pelo governo central. Assim, “a descentralização de 1834 viabilizou o surgimento de um novo tipo de revolta. O aumento do poder dos governos provinciais fez deles objetos de luta entre as facções locais” (Carvalho, 2012, p. 90). Dessa forma, por um período de dez anos surgiram várias revoltas regenciais: Cabanagem (1835-1840), Balaiada (1838-1841), Sabinada (1837-1838), Farroupilha (1835-1845) e Revolta dos Malês (1835).

Temendo a desintegração do país, o regente Feijó decidiu renunciar e quem o substituiu foi Pedro de Araújo Lima, político experiente vindo do Primeiro Reinado. Ele era formado em Coimbra, senhor de engenho em Pernambuco, “profundamente conservador e opositor declarado da descentralização introduzida pelo ato adicional [...] tanto o novo regente quanto a nova Câmara apoiavam a reforma do Ato Adicional. Foi o início do movimento que ficou conhecido como regresso conservador” (Carvalho,

2012, p. 95). Entretanto, quem liderou o regresso foi Bernardo Pereira de Vasconcelos. Ex-aluno de Coimbra e deputado por Minas Gerais, Vasconcelos era antigo liberal, ex-aliado do padre Feijó e o autor do projeto de lei do Ato Adicional de 1834. Ele foi chamado para o ministério de Araújo Lima juntamente com políticos ligados a magistratura e a agricultura de exportação⁸. Nesse período, começaram a surgir os dois partidos do Império: o Partido Conservador e o Liberal. Segundo Carvalho, a filosofia dos conservadores, desenvolvida por Vasconcelos, defendia um Estado central forte e um governo baseado nas classes conservadoras⁹.

Receando outras reformas regressistas, os liberais tentaram evitá-las apelando a uma causa popular, a antecipação da maioridade do imperador que, pela Constituição, só era possível em dezembro de 1843. O movimento teve apoio da população e em 1840, a maioridade de D. Pedro II foi sancionada e os liberais voltaram ao poder. Mas o governo liberal durou apenas um ano e os conservadores de volta ao poder avançaram em seu projeto centralista. Receosos de que muito acúmulo de poder os eliminasse do jogo político, os liberais apelaram as armas. Em 1842, surgiram revoltas em São Paulo e Minas Gerais e foi nessa ocasião que o imperador, já com certa experiência, principiou a fazer uso do Poder Moderador. Ademais, os liberais derrotados em campo de batalha em 1842 foram dois anos após chamados ao governo e a anistia foi concedida, assim sendo, para Carvalho (2012, p. 98), “essa capacidade de arbitramento por parte do Poder Moderador ajudou a legitimar a monarquia” e após a rebelião Praieira “fechava-se com essa revolta o ciclo de rebeliões iniciado após o Ato Adicional. Desse modo, o sistema estabilizou-se sob a hegemonia dos conservadores que se estenderia por cerca de dez anos” (CARVALHO, 2012, p. 98). Portanto, para o autor, o ano de 1850 foi um marco divisório na política imperial, pois:

O gabinete conservador que assumiu em 1848 derrotou a Praieira

8 Foi ministro da justiça de 1837 a 1839. Para Carvalho (1999, p. 12), Vasconcelos foi político em tempo integral, respirava e transpirava política. Ocupou cargos no governo e teve uma constante atividade jornalística que na “época era complemento indispensável da atuação política”. Ainda segundo Carvalho (1999), foi a partir da aprovação do Ato Institucional de 1834 que Vasconcelos iniciou a se distanciar dos antigos companheiros moderados, sobretudo Evaristo da Veiga e o padre Feijó. Na regência de Feijó, Vasconcelos já assumiu a liderança da oposição. E nesse período assumia cada vez mais uma clara defesa do tráfico e da escravidão. E como chefe da oposição, tornou-se figura dominante no mistério de Araújo Lima. Para Carvalho, Vasconcelos foi um dos esteios da centralização política do Regresso na Regência e, depois, no Segundo Reinado.

9 Sobre a composição social e a ideologia política do Partido Conservador e Liberal, ver: (Carvalho, 2012, p. 95).

e governou, com algumas mudanças, até 1853. Foi o segundo gabinete mais longo do segundo Reinado. Eliminando as revoltas, consolidando o regime, o governo sentiu-se em condições de enfrentar alguns problemas urgentes na área social, econômica e de política externa (Carvalho, 2012, p. 98).

Também, nesse período um novo elemento identitário se criava no século XIX: a nacionalidade (Thiesse, 2001; 2002). A produção de um passado brasileiro, no segundo quartel do século XIX, iniciou a formação da identidade brasileira. Esta identidade nacional começou a ser construída pela elite letrada tanto na literatura quanto em torno do IHGB. Os limites da escrita sobre o futuro e o passado da jovem nação começavam a ser moldados. A representação da Farroupilha passava por esse controle, por esses espaços de escrita que, também, eram espaços de política. Para tanto, a reconstrução da ambiência histórica da escrita ajuda a entender o próprio escrito, isto é, o lugar social de produção textual que limita a escrita sobre a Farroupilha. Mas, isso não é tudo, o significado de um texto, de uma escrita, não se explica somente por seu contexto ou por uma base econômica, antropológica ou política-institucional. O texto exige uma análise de sua estrutura, de seus personagens e de sua intriga que não são, apenas, um reflexo do lugar de produção.

O IHGB – o modus operandis da historiografia

Em um período em que os letrados são políticos ou agentes do Estado Imperial, há uma articulação dos seus escritos com o interesse do Estado, assim sendo, só publicam, ou participam dos espaços institucionais reconhecidos socialmente à época, aqueles comprometidos com o interesse do Estado, havendo poucos espaços (havia debates sobre diferentes projetos políticos¹⁰) para a produção de algo que divergisse do projeto da monarquia¹¹.

No campo da produção histórica em 1838 cria-se, no Rio de Janeiro, o

10 Um exemplo disso é o debate sobre a questão indígena. Ver Guimarães (2011).

11 Sobre a indistinção entre atividades políticas e intelectuais no século XIX brasileiro, ver Alonso (2000).

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que desempenharia papel relevante na construção da memória e da história da nação. A partir desse momento, havia um núcleo arquivador e irradiador da história nacional¹². No pano de fundo da fundação do instituto,

estava a veneração da nação, sendo a história vista como instrumento para elevar seu brilho e sua honra [...] o instituto foi criado no momento em que o país buscava proteção contra a “revolução” [...] os “princípios republicanos anárquicos” são rejeitados e combatidos. A manutenção da monarquia é tomada como garantia e pressuposto para a integração do país (Guimarães, 2011, p. 69).

Na sessão inaugural realizada em 1º de dezembro de 1838, o IHGB manifestava sua conexão com o poder político, porquanto seus sócios invocaram e dispuseram-se sob o abrigo imperial e essa proteção trouxe auxílio político e econômico. Assim sendo, a monarquia afiança sua atividade e o IHGB garantia o controle do passado à monarquia. Também, os letrados do IHGB preenchiam outras posições no aparelho do Estado e, desse modo, no IHGB, usavam sua escrita para interpretar o passado conforme o controle da construção da ordem¹³. Os letrados brasileiros, servidores públicos em sua esmagadora maioria, usaram da sua escrita para produzir a memória e o passado brasileiro¹⁴. De certa forma, o “Estado” narrava o próprio Estado:

Ao reivindicar a tradição do patronato real para sua Academia, o IHGB preparava a sua incorporação ao Estado Imperial [...] Assim, alinhavam-se os conceitos de estado, nação, pátria e monarca em um conjunto único de referência que deveria responder pelo interesse público, o qual, na concepção desses homens, se confundia com a manutenção dessa conjunção

12 Conforme observou Guimarães (2011), os historiadores do IHGB não eram historiadores de formação, mas, eram juristas, militares, médicos ou políticos. Esses homens se definiam como literatos. Tanto Raimundo José da Cunha Matos como Januário da Cunha, fundadores do IHGB, eram servidores do Estado.

13 Numa sociedade de estrutura social impermeável, o serviço público representava a única possibilidade de ascensão social. Assim, o sinal distintivo dessa elite intelectual e política era a trilha no serviço público. É o Estado que confere importância aos letrados e a historiografia.

14 Para Guimarães (1995, p. 498), do perfil do elenco do IHGB por ela analisado, duas palavras o caracterizariam: “dependência e lealdade. A Coroa e ao imperador”.

conceitual. Essa nova tarefa de zelador do interesse do Estado e, por conseguinte, do interesse nacional, exigia toda uma série de garantias epistemológicas de verdade para a história que se produzia (ARAÚJO, 2008, p. 151).

Os componentes do IHGB partiam do preceito de que seria plausível selecionar exemplos e padrões do passado para o presente e para futuro¹⁵ e, assim, o imperativo da história para o homem de Estado levou a história *magistra vitae* a ser o instrumento desta escrita da história, isto é, retirar do passado exemplos para o presente, de tal modo que, as biografias dos “grandes homens” seriam uma constante na revista do IHGB e ao historiador ciente dos ensinamentos da história competiria o serviço de educar seus contemporâneos a serem fiéis súditos¹⁶. Desse modo, partindo da Capital, a luz deveria alastrar-se por todo Império ajustando-se à construção da ordem, pois, era indispensável controlar a memória, porque as revoltas regenciais colocaram o projeto de centralização monárquica em questão¹⁷.

O desafio de instituir uma nação foi acolhido pelo Estado e pelos letrados e, para Guimarães (2011), a historiografia quis harmonizar a velha lealdade à dinastia reinante com a nova lealdade à nação em construção, assim sendo, tomava uma restrição com formas estatais distintas, de tal modo, que “os inimigos da nação são antes as repúblicas sul-americanas vizinhas” (Guimarães, 2011, p. 245). Portanto, as condições a partir das quais a historiografia brasileira nasceu tinham um caráter político, pois “o interesse pelo conhecimento do passado, porém entrelaçado com a ação política” (Guimarães, 2011, p. 251). Essa proeminência política na historiografia brasileira em seu começo e a evidência de seu vínculo com os interesses do Estado incidem por quatro temas capitais: a) construção e legitimação de uma política de centralização; b) questão indígena; c) escravidão; d) problemática das fronteiras¹⁸.

15 Assim, é importante “constatar que cabe à história uma função com correspondentes consequências político-pragmáticas para o presente e o futuro” (Guimarães, 2011, p. 125).

16 “Na historiografia embasada em princípios conservadores [...] história e política se entremesavam. Noutras palavras, questões políticas norteavam a interpretação da história e instrumentalizavam a história para fins políticos” (Guimarães, 2011, p. 257).

17 Assim sendo, os letrados eram engajados no projeto de uma historiografia que fornecesse um passado para a nação em construção. A nação brasileira é compreendida como se já fizesse parte do núcleo do passado. Só esperando a independência para emergir.

18 Para Guimarães (1995, p. 527), “Afora o objetivo de coletar documentos para a História do Brasil [...] Deveriam colher subsídios que auxiliassem o governo na demarcação dos limites da soberania do país [...] Independente desde 1822, o Império desconhecias suas fronteiras”.

Os áulicos: um ponto de vista para a Farroupilha

A escrita sobre o passado rio-grandense foi um ponto de suma importância no IHGB¹⁹. Os possíveis arrependimentos e as aventuras separatistas poderiam ressurgir se o passado da Província não fosse bem escrito, bem dito, e se não obedecesse ao lugar de escrita, que exigia a construção da ordem, os nomes da história (Rancière, 1994) poderiam “matar o rei” e uma poética dissonante, na Corte e alhures, seria herética. Na Corte, as escritas obedeceram ao lugar de sua produção, isto é, foram escritas com a sua interpretação controlada. E havia apenas uma intriga historiográfica: a construção da jovem nação imperial, pois, os nomes da história, tanto próprios quanto históricos, tinham um lugar a respeitar e a obedecer no alvorecer do segundo reinado²⁰. Assim sendo, esta subdivisão do texto apresenta uma dimensão metodológica importante, pois, na metodologia de Certeau (2007) há uma clara divisão entre lugar social e práticas científicas. Contudo, na historiografia oitocentista brasileira e, em especial no período em questão, esta diferença está borrada, isto é, ainda não os meios de disciplinarização e profissionalização que permitam o tipo de historiador acadêmico. Como já apontado por Guimarães (2011) política e escrita da história são uma coisa só. Assim, pretende-se ver qual seria o ponto de entrelaçamento ou o ponto que borra a distinção entre lugar e prática.

A memória histórica de Saturnino Coutinho, além dos elementos históricos da construção da ordem, tem como particularidade surgir a partir das disputas políticas palacianas. Palaciano era denominando de áulico desde a corte de Jaime II²¹. Para Bentivoglio (2010, p. 188), na linguagem política da época o conceito de áulico assumia um sentido negativo, pois, o áulico seria o súdito que vive sob a proteção especial do monarca e no caso brasileiro,

Os conselheiros de Estado eram também chamados áulicos naquele tempo. Vez ou outra, na imprensa também era comum o uso desta alcunha para homens que pareciam ter a proteção de

19 Para Guimarães (1995, p. 535), “Naqueles rincões meridionais a chamada ‘República de Piratini’ envolvera estancieiros e charqueadores, com complicações internacionais. ‘Briga de brancos’ [...] Por motivos óbvios, os relatórios, ou mesmo as simples lembranças do cronista oficial da última fase da Farroupilha, não seriam impressos na *Revista*”.

20 Para Cezar (2003), a historiografia do século XIX se caracterizou por: a) uma história pedagógica, uma *historia magistra vitae* calculada; b) combater os inimigos do Império; e c) a missão do historiador é tornar o Brasil conhecido e visível aos próprios brasileiros.

21 Jaime II (1633-1701) foi rei da Inglaterra, Escócia e Irlanda de 1685 a 1688.

D. Pedro II. Para ser áulico era preciso ser palaciano, ou seja, ter valimento, título de nobreza e frequentar a corte. Mas a denúncia feita em 1847 de que Aureliano Coutinho de Oliveira liderava um grupo que agia nos bastidores do governo imperial manipulando D. Pedro II e interferindo na formação e dissolução dos gabinetes fez com que o termo áulico passasse a se referir exclusivamente ao grupo de Aureliano, ou seja, à facção áulica. A partir de então palaciano era quem vivia na corte, áulico os integrantes da facção áulica e nobre era todo aquele detentor de título de nobreza. Todos os áulicos da facção eram palacianos, mas nem todos eram nobres e a alcunha teve seu teor pejorativo potencializado (Bentivoglio, 2010, p. 189).

Saturnino era o irmão mais novo de Aureliano, o líder da facção áulica. A convivência muito próxima com a família imperial punha os palacianos como intermediários daqueles que ambicionassem a estima do imperador e, igualmente, quem cobiçasse a designação para algum cargo para si e para outrem no rol da administração imperial. Bentivoglio (2010, p. 190) analisa que, com a Independência, era preciso combinar a nobreza hereditária com a de aquisição e “este papel foi desempenhado, dentre outros, por Aureliano. Ele é um elo entre palacianos antigos e novos, do Primeiro e Segundo Reinado”. Portanto, nesse espaço palaciano quem se sobressaía era Aureliano Coutinho. Personalidade próxima do imperador, seu triunfo político foi obtido depois do combate dado aos exaltados no decorrer da regência e no êxito ante José Bonifácio, removido da tutoria de D. Pedro II, depois de arremetidas no seu jornal *A Verdade* entre 1832 e 1834. Em seguida, ele escreveu no *Sentinela da Verdade*, que pertencia a seu irmão Saturnino, entre 1837 e 1840. Uma consequência desse jogo político, para Bentivoglio, é perceber que nem só de partidos vivia a política imperial e que o valimento era uma ferramenta para o acesso à burocracia do Estado. Assim, Aureliano foi um membro importante nas redes de poder e sua facção áulica interferiu no jogo político da regência e do Segundo Reinado:

A facção áulica teve seu aparecimento mais efetivamente na abdicação de D. Pedro I e se constituiu numa força política de considerável influência no governo a partir de 1834, após se projetar na corte, superando outros grupos palacianos importantes como os de José Bonifácio, de Holanda Cavalcanti, do marquês de Abrantes, do visconde de Olinda, combatendo Bernardo Pereira de Vasconcelos e resistindo à paulatina projeção do

grupo de Honório Hermeto Carneiro Leão, que em 1848 ao lado do visconde de Itaboraí sucedeu em São Cristóvão o prestígio da facção áulica [...] Assim, nos bastidores do poder os áulicos, particularmente, seu líder Aureliano Coutinho, assumiram uma posição estratégica unindo validos do Primeiro Reinado e novos validos, construindo redes de solidariedade [...] em iniciativas filantrópicas e culturais como um instrumento de projeção social e política (Bentivoglio, 2010, p. 194).

E é com a facção áulica que a criação do IHGB está vinculada. E como escreve Guimarães (1995, p. 482), o personagem principal dessa história “o ponto de interseção, [é] o ministro Aureliano”, pois, com a destituição de José Bonifácio da tutoria do jovem imperador, modificou-se o jogo das forças políticas na Corte. Porém,

O prestígio e autoridade do futuro visconde de Sepetiba no circuito palaciano permaneceriam intocados, mesmo após sua queda do ministério, provocada pelas manobras oposicionistas de Bernardo Pereira de Vasconcellos. E, no intrincado jogo de xadrez que foi a disputa pelo governo, na segunda metade do período regencial, à proporção que Vasconcellos avançava, o grupo de Aureliano [...] viu-se obrigado a recuar [...] Apeados dos postos-chaves da Regência, com a subida do “Gabinete Parlamentar”, em 19 de setembro de 1837, onde Vasconcellos ocupou dois ministérios, reduzidos à Quinta da Boa Vista e, por isso mesmo, muito visados pelos adversários, os “áulicos” necessitavam abrir um espaço na Corte. Um espaço aparentemente neutro, que lhes permitisse transpor os jardins da Quinta, facilitando o seu trânsito no cenário político. Neste sentido, podemos aprofundar de antemão, nada mais oportuno do que a criação da Academia. Nascida na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Gerada em altos conchavos, nos salões de São Cristóvão. Funcionando, a princípio, numa modesta salinha, cedida pelos seus patrocinadores da Sociedade Auxiliadora, em pouco mais de um mês o IHGB já estaria com os Estatutos aprovados e a primeira mesa diretora eleita (Guimarães, 1995, p. 482).

Não sem razão quase metade de seus fundadores eram áulicos²², como o cônego Januário da Cunha Barbosa e o Marechal Raimundo José da Cunha Matos, além de Aureliano Coutinho de Oliveira, que pertenceu ao quadro de fundadores do IHGB. Januário²³ foi escolhido primeiro-secretário perpétuo, Cunha Matos vice-presidente que, ao falecer, assumiu em seu lugar Aureliano. O presidente do IHGB também era um áulico, o político José Feliciano Pinheiro²⁴. Outro áulico importante no grupo do IHGB seria o político e magistrado Rodrigo de Souza da Silva Pontes²⁵. Portanto, pode-se dizer que o IHGB foi idealizado no círculo palaciano²⁶. Assim,

Passo a passo, através das iniciativas acadêmicas, o Instituto se transformou na porta de saída do ostracismo, a que os “áulicos” estavam submetidos, desde o final de 1837. A grande virada, no entanto, só viria ocorrer em 1840, quando se instalou no Rio de Janeiro o “Clube da Maioridade” [...] Indício da trama, na formação do Primeiro Gabinete do Segundo Reinado, figurava como titular do Ministério dos estrangeiros o vice-presidente do IHGB, o deputado Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho. A volta dos “palacianos” ao governo significou prestígio crescente para a associação [...] multiplicaram-se verbas e benesses (Guimarães, 1995, p. 485).

Próximos do imperador, os políticos do IHGB faziam questão

22 E todos eram estabelecidos na Capital do Império (Guimarães, 1995).

23 O cônego Januário antes de assumir como secretário pouco tempo antes fora demitido do cargo de diretor da Tipografia Nacional pelo ministro e inimigo político Bernardo Vasconcelos.

24 Em 1839, o Visconde de São Leopoldo publica *Anais da Província de São Pedro*. O livro não trata sobre a Farroupilha, mas seu autor não deixa de comentá-la, ver: (Pinheiro, 1982, p. 175-176).

25 Pontes escreveu em 1841 um importante texto para o IHGB intitulado *Quais os meios de que se deve lançar mão para se obter o maior número possível de documentos relativos à história do e geografia do Brasil?*, mas em relação a Farroupilha ficaria conhecido com o escrito *Memória histórica sobre as causas e acontecimentos que mais imediatamente antecederam a sedição de 20 de setembro de 1835*. Segundo Hruby (2012, p. 196), “permanecerá escrita a mão no Acervo do Arquivo Público do Império e com cópias espalhadas por outros estabelecimentos durante quase cem anos. Datada de 21 de abril de 1844 (Rio de Janeiro)”. A memória de Pontes não foi publicada a época de sua escrita.

26 Se o IHGB foi responsabilidade dos áulicos, outro lugar de memória no Império, o Arquivo Nacional, foi responsabilidade do Bernardo Pereira de Vasconcelos. O Arquivo Nacional foi fundado em 2 de janeiro de 1838. Portanto, antes do IHGB, que foi em 21 de outubro. Para Guimarães (1995, p. 474), “Esta duplicação de meio para fins idênticos nos levaria a imaginar se a Sociedade Auxiliadora não estaria patrocinando o que hoje em dia denominaríamos de ‘entidade alternativa’, ou quem sabe, uma espécie de ‘arquivo paralelo’, organizado pelos opositores do ministro Vasconcellos”.

de manter as aparências e, assim, suas relações com o monarca seriam protocolares, na mesma medida correspondia o imperador. Segundo Guimarães (1995), em celebrações no IHGB o imperador homenageava a entidade concebida pela sua família palaciana. Pessoas às quais em sua infância o monarca se afeiçoou tais como Araújo Viana e Aureliano por quem, segundo a autora, o imperador seria fascinado. Assim sendo, acredito que a hipótese de que *Negócios* além de ser uma defesa política de Saturnino e dos áulicos, também, podem levar a repensar a distinção entre prática científica e lugar social para o contexto observado, em outras palavras, ser “áulico”²⁷ é uma condição política, ao mesmo tempo que, é uma condição de possibilidade epistêmica.

Negócios do Rio Grande – a escrita áulica da história

Há um material abundante de narrativas sobre a Farroupilha²⁸. As primeiras memórias históricas sobre a Farroupilha, apesar de serem escritas e publicadas a partir do surgimento do IHGB e seu projeto historiográfico em torno da construção da ordem monárquica, acabaram sendo, também, uma forma de se acomodar pessoalmente ou a terceiros nesse projeto. Contudo, a memória histórica de Saturnino não foi publicada na revista do IHGB²⁹, isso se deve a que

Nos tomos iniciais, o IHGB publicava documentos, inventários e ofícios não contemporâneos relativos à Província com muito mais frequência, cedendo pouco espaço a memórias históricas escritas por associados ou não sócios contemporâneos. Isso começou a sofrer alterações em meados de 1850. Porém, persistiu certa postura que evitasse em assuntos que envolvessem o tempo presente (Boeira, 2013, p. 36) 30.

27 Sobre a condição do historiador, no Brasil do século XIX, entre ciência e política ver: (Cezar, 2018)

28 Algumas memórias históricas que não foram publicadas logo após sua escrita e dormiram nos arquivos pessoais ou públicos e não tiveram repercussão em sua época de produção foram: Fontoura (1928; 1984) e Barreto (1935).

29 A “Revista representava a palavra oficial do grêmio” (GUIMARÃES, 1995, p. 558).

30 Não se pode esquecer que um dos objetivos do IHGB em seu artigo 1º era: coletar, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários à história.

Desse modo, quem escreveu a primeira memória publicada sobre a Farroupilha foi Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho (1803-1848)³¹, fluminense, bacharel em direito pela Universidade de Coimbra³². Foi deputado pelo Rio de Janeiro em 1833. Tinha 36 anos quando assumiu pela primeira vez a presidência da Província de São Pedro, em 24 de junho de 1839³³. Terminou o seu primeiro mandato e retornou à Corte em 27 de junho de 1840. Ocupou vários cargos políticos no Império. Depois de ter sido presidente da Província, foi ministro dos Negócios Estrangeiros, ministro da Justiça e, interinamente, ministro da Fazenda. E em 1847 foi senador do Império e, desde 1840, era membro do IHGB.

Em 17 de Abril de 1841 voltava à província, para a sua segunda presidência, Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho. Na sua primeira passagem na presidência, (24/06/1839 a 27/07/1840) ele deixou um livro de memória histórica relativo a este período. Da mesma forma, na sua segunda passagem na presidência ele escreveu o livro de memória histórica “Negócios do Rio Grande: As operações do Passo Fundo”³⁴ publicado em 1842. Este sua segunda memória-histórica relativa à Farroupilha esta imersa nas disputas políticas dos áulicos e é, também, “sobre as causas concorrentes para a malogrado das operações do Passo Fundo, em novembro e dezembro de 1840” (COUTINHO, 1986, pg. 3), isto é, usa de um acontecimento militar para narrar a Farroupilha e fazer a disputa política na Corte imperial. O político e historiador áulico parte, em sua narrativa, da defesa que o general Labatut³⁵ fez ao conselho de guerra sobre as incriminações que lhe fez o brigadeiro João Paulo³⁶. Conforme Saturnino Coutinho (1986), a alegação que Labatut manifesta é que as repreensões que lhe fez João Paulo foram injustas, contudo, para o historiador áulico, Labatut não apresenta de onde proviam as ordens pelas quais a divisão de São Paulo³⁷ achou-se desapoiada

31 Falta uma biografia sobre Saturnino Coutinho, o material que há sobre ele é genérico e esparso. Uma biografia sobre ele com certeza é de suma importância para a historiografia da Farroupilha.

32 Ver Carvalho (2003), capítulo “Unificação da elite: uma ilha de letrados”.

33 É importante perceber a data que Saturnino assume a presidência da Província, pois Vasconcelos deixara o ministério em abril de 1839.

34 Atualmente Passo fundo é uma cidade do Rio Garden do Sul, à época da Farroupilha era um povoado pertencente a Rio Pardo. Também, Passo Fundo é o nome do rio que corta a cidade.

35 Pierre Labatut (1776 –1849) foi um militar francês. Participou das Guerras Napoleônicas atuando na Espanha. Também, esteve na Colômbia, onde foi comandante revolucionário na Guerra de independência na América espanhola. Labatut chegou ao Brasil em 1819, mas só 1822 foi contratado e admitido ao posto de brigadeiro. Em 1839, já como Marechal de Campo, foi designado para combater os farroupilhas. Em 1840 seu batalhão chegou a Passo Fundo, mas terminou derrotado em setembro de 1840 por tropas lideradas por David Canabarro.

36 João Paulo dos Santos Barreto (1788 — 1864) foi um militar brasileiro e político brasileiro.

37 A divisão São Paulo era um destacamento que saiu de Santos para opor confronto, pelo norte

em Passo Fundo, sem o amparo esperado. Tem-se publicado, isto é, escrito em jornais, segundo Saturnino Coutinho (1986), que aquelas operações foram fracassadas por que João Paulo remeteu tarde, ou anulou as resoluções para marchar o apoio por Botucaraí³⁸, conforme o plano de seu predecessor, o general Andréa.³⁹ Contudo,

“infelizmente para a exatidão da história, a exposição do Sr. Labatut vem confirmar esta crença e aumentar a ilusão. Ela contém mais um notável anacronismo, que a mesma exatidão histórica exige que seja corrigido” (Coutinho, 1986, p. 3).

Ora, aqui duas observações se fazem necessárias. A primeira, de ordem epistêmica, em um contexto de criação do IHGB, Saturnino Coutinho (1986) postula uma maneira de escrever a história a partir da exatidão histórica, isto é, na forma como a história é contada em jornais (da Capital) e em relatos militares (como no supracitado) pela oposição, ou melhor, por outras facções políticas e no que virá a ser o Partido Conservador, há uma ilusão histórica, que precisa ser corrigida pela presença de documentos (no qual ele muito se vangloria de ter ao total de 31 documentos no livro) e uma narrativa fidedigna dos fatos. Em segundo lugar, o general Andréa, que pertenceu a Sociedade Militar e que faz parte do nascente Partido Conservador, além de ter uma visão militar diferente de Saturnino Coutinho, é um oponente político. Ora, o general João Paulo dos Santos Barreto era integrante da facção áulica, assim, a narrativa histórica de Saturnino Coutinho que além de expor o “correto” procedimento historiográfico, por outro lado, também é uma disputa política muito concreta na Corte Imperial envolvendo a facção áulica seja em nível militar, político e historiográfico.

Sendo assim, Saturnino Coutinho (1986) quer demonstrar que era o general Andréa e não o general João Paulo quem estava à frente do exército imperial (na operação de Passo Fundo), pois, quando João Paulo tomou posse (do comando das Armas na Província sulina) no dia 30 de novembro a

da Província de São Pedro, aos farroupilhas (Fragoso, 1938).

38 Botucaraí é uma região no centro do atual Estado do Rio Grande do Sul, onde há um rio com o mesmo nome.

39 Francisco José de Sousa Soares de Andrea (1781 — 1858) foi um militar e político luso-brasileiro. Foi presidente e comandante de armas do Rio Grande do Sul, de 27 de julho a 30 de novembro de 1840. Era do partido conservador.

subida da serra pelas tropas de Canabarro foi de 16 a 18 deste mês⁴⁰, por esta correção de data e, logo, uma mudança de elemento factual que:

Destas defesas e memórias tiram-se elementos com que para o futuro se escreva a história, e, contribuindo com elementos que tenho ao meu alcance, eu não quero fazer mais favor ou carga a este do que aquele; apareça cada um no lugar que devidamente lhe compete. Em aditamento à defesa do Sr. Labatut, farei a narração destas desgraçadas operações de cima da Serra, confirmando-a com os documentos oficiais que tenho coligido. Necessariamente serei difuso e minucioso nas observações que tenho a fazer, para que o público possa formar seu juízo com todo o conhecimento de causa, não só sobre os concorrentes para a malograrão desse plano, como sobre ele mesmo (Coutinho, 1986, p. 4).

Partindo da citação acima, Saturnino Coutinho quer que sua memória-histórica seja fonte para que futuramente se escreva a história baseada em fatos, igualmente quer proceder de maneira que não favoreça a nenhuma pessoa, isto é, a imparcialidade da nascente ciência da história do século XIX e, novamente, documenta fartamente esta memória com documentos oficiais, isto é, um procedimento historiográfico fortemente expresso como um elemento básico da formação do historiador do século XIX. Mas, claro, além desta dimensão epistêmica e metodológica, seu livro de memória histórica está umbilicalmente envolta nas disputas políticas dos áulicos.

Voltando a narrativa do livro, para Saturnino Coutinho (1986) se desde agosto de 1840⁴¹ houvesse a finalidade de acometer em Viamão o exército farroupilha, antes que ele começa-se suas operações e de ajustar movimentos com as tropas que tinha na campanha e para isso se tivesse tratado de agrupar as forças militares monarquistas tão espalhadas e se o general Andréa não se levasse além disso pela “ideia quimérica de ocupar a campanha” (Coutinho, 1986, p.5), compreenderia, segundo Coutinho, que era um falha ir procurar as tropas que os rebeldes tinham na campanha e

40 Quando Saturnino expõe a movimentação das tropas de Canabarro, naquela data, ele quer demonstrar que seria neste período que deveria ter sido atacado o exército farroupilha e que depois disso, quando o general João Paulo tomou posse, já não era mais possível o que levou ao fracasso da operação de Passo Fundo.

41 A primeira passagem de Saturnino na presidência da província foi até 27 de julho de 1840.

deixar as de Viamão⁴² para depois. E é por isso, que Coutinho (1986) não aceitava a probabilidade de o exército rebelde evadir-se pela serra, se fosse pronta e vigorosamente atacado pelo exército imperial. Conforme Saturnino Coutinho (1986), os rebeldes iniciaram primeiro a marcha e conseguiram vantagens no campo, pois que o exército imperial nunca quis atacá-los em Viamão, porque, o general Andréa os deixou livremente se moverem para só depois fazer a contramanobra de cercar, os rebeldes, em Passo Fundo. Assim sendo, a situação militar para Saturnino Coutinho (1986, p. 7) era de que:

Pelos ofícios do Sr. brigadeiro Nery vê-se que, desde setembro e outubro, este general subalterno lamentava ao general-presidente a nossa inação e divisão de forças; lembrava-lhe que os rebeldes iam mover-se breve (...) e, enfim, lembrava a mesma urgente necessidade que eu, ao mesmo tempo, indicava na Corte, a de atacar-se aqui [Viamão] o pequeno exército rebelde, antes que este pudesse achar-se em estado de tomar a ofensiva (...) vê-se que desde o princípio de setembro era conhecido ao Sr. Andréa o planejou deixá-los executarem esse movimento, e manda-los cercar no Passo Fundo.⁴³

Retomando a narrativa de Saturnino Coutinho (1986), o general-presidente Andréa, no dia 27 de novembro suspendeu a marcha de dois batalhões e da 2ª brigada de cavalaria, designadas a Passo Fundo e a 29 de novembro o brigadeiro Nery lhes expediu a ordem para retrocederem. O general Andréa determinava esta ordem, na dúvida em que estava se David Canabarro desceria ou não, mas, para Coutinho, ela não é menos singular pelo estilo em que o general Andrea continuou a dar ordens e planejar, quando, segundo Saturnino Coutinho, já estava seu sucessor presente, o general João Paulo, que devia logo ser empossado. Assim continua Coutinho (1986, p. 9-10)

42 A cidade de Viamão era por onde os farroupilhas sitiavam Porto Alegre.

43 Ora o que se apreende aqui é a análise e a disputa entre sistemas de guerra. Ao invés de ser o general Jorge Manoel Rodrigues (na primeira passagem de Saturnino Coutinho na presidência), agora é o general Andréa sucessor de Saturnino na presidência na província, ao mesmo tempo chefe das armas, posto antes do general Manoel Jorge. Como ficou dito no *Esboço* (primeiro livro de Coutinho), Andréa seguiu militarmente o mesmo sistema de guerra de general Manoel Jorge, que para Saturnino era equivocado. Saturnino achava quimérico ir lutar com os exércitos dispersos na campanha, e também, acusou o general Andréa de nunca atacar os rebeldes, de não ter a iniciativa do ataque e, logo, de não procurar a batalha decisiva. Esta, a batalha decisiva, para Coutinho seria o fim dos farrapos.

O Sr. João Paulo, empossado no dia 30 de novembro, recebendo o ofício, expediu-o no dia 1º de dezembro o ofício confirmando as ordens dadas, e mandando que os dois batalhões revertissem com prontidão a linha do Taquari; mas, no dia 5, recebeu do Sr. Labatut a participação de que, a 26 de novembro, já estava na Vacaria com sua divisão, e que Canavarro o seguia com perto de 2,000 homens, e então expediu-o de novo a ordem terminante e apressada para a marcha do reforço ao Passo Fundo.

Ora, para Coutinho (1986), o resultado de todas estas marchas e contramarchas foi a vacilação e assim que se terminarão essas “desgraçadíssimas operações”, em que tantas forças e tantos meios se arruinados (perdendo-se 2.000 cavalos) sem nenhum saldo positivo. Assim sendo, Saturnino Coutinho (1986, p. 14) avalia a conjuntura militar e política:

Na verdade, alguns de nossos generais com pouco se tem contentado (...) não reconhecerão a necessidade de um combate decisivo (...) hoje sente a legalidade e sentimos nós as consequências do pouco que se fez em comparação do muito que se podia e devia fazer. Devo contudo observar, em abono de verdade, que nesse mesmo pouco o Sr. João Paulo fez mais do que o seu antecessor, e talvez com justiça não possa ser censurado por não ter atacado a Bento Gonçalves alguns dias antes, e com mais forças (...). Já se vê pois que as principais causas do triste desfecho destas operações foram não se querer prevenir o inimigo, não se querer abrir operações ofensivas, antes que ele se achasse em estado de começar as suas, não se procurar dominar seus movimentos e frustrar seus planos pela iniciativa dos nossos.

Ora, novamente a memória histórica, serve para três objetivos, por um lado, uma crítica militar ao general Andréa sendo deste modo, também, uma crítica a oposição áulica, por outro lado, uma avaliação política disto para a “legalidade”, isto é, uma análise política do ponto de vista da Corte imperial, mas, em um contexto de formação do Estado-nacional brasileiro em que as disputas entre facções estão em pleno vapor, por fim, uma defesa pessoal do general João Paulo.

Voltando a narrativa da memória-histórica de Coutinho (1986), para que o plano do Passo Fundo exibisse os resultados prontos e decisivos era

imperativo que o reforço partisse muito tempo antes para Passo Fundo e não se estar em uma constante vacilação sobre a marcha do reforço, também, era necessário, não parar nem deixar o inimigo parar. Sendo sem dúvida mais proveitoso, no sistema militar de Coutinho, agredir o oponente com tropas muito superiores agrupadas do que as dividir, portanto, compreendeu que a razão do desamparo em Passo Fundo foi o atraso em fazer marchar às tropas que iriam socorrer a divisão de São Paulo liderada por Labatut. Mas, na compreensão de Saturnino Coutinho (1986), esta demora não pode ser dada ao general João Paulo (não esqueçamos que ele era um áulico) como se crê, pois, ela competiria toda ao general Andréa (inimigo político da facção áulica). Para Coutinho (1986, p. 17)

É verdade que o Sr. João Paulo confirmou essa ordem do seu antecessor do dia 27 (...), mas vê-se disto que o fez à vista do ofício do Sr. brigadeiro Nery (...) e, tendo chegado de novo, deixou-se também prejudicar pelas ideias de seu antecessor; mas ao quarto dia a revogou, e mandou seguir o reforço a toda pressa, e indo para o Rio Pardo outra vez, expediu ordem para que a divisão de S. Paulo, com o reforço recebido, regressasse para o Passo Fundo.

Ora, outra vez, Saturnino Coutinho usa da narrativa sobre a história da Farroupilha, para defender os áulicos e, particularmente, o general João Paulo. Ao mesmo tempo, usa de documentos para embasar sua imparcialidade como exige a historiografia do século XIX. Retornando a narrativa do texto, para Coutinho (1986) como o plano da operação de Passo Fundo foi desde o começo mal arquitetado e mal executado pela demora do reforço e por não terem marchado tropas que perseguissem Bento Gonçalves e Canabarro por Vacaria⁴⁴, então, o general João Paulo achou em mal começo de execução um plano de contramanobra, quando já não era possível desistir dele, entendia Coutinho (1986, p. 19) que “seus bons desejos o iludiram a ponto de desconhecer as consequências dos erros anteriores e os embaraços que lhe causava a divisão das forças que lhe foram entregues”.⁴⁵ Por fim, termina

44 Atualmente, Vacaria é um município sul-rio-grandense. No período colonial e monárquico, poderia ser atribuído o nome de Campos de Cima da Serra ou Campos de Vacaria

45 No sistema de guerra de Saturnino Coutinho foram às divisões da tropa o que fez com que o general Andréa não atacasse os rebeldes em Viamão, antes concebesse a contramanobra de mandar cercar, os rebeldes, em Passo Fundo. Além disso, cita a opinião do brigadeiro Filipe Nery, que avaliava que se devia, também, dar este ataque e “até pedia ao Sr. Andréa que o desse

esta sua segunda memória-histórica com uma reflexão sobre seu modo de narrar os fatos, seu entendimento da política nacional e do seu sistema de guerra:

Aqueles que tem ridicularizado o *Bosquejo Histórico* poderão fazer o mesmo a este suplemento, mas com isso não destruirão as convicções que produzem narrações históricas, fundadas em documentos oficiais, cuja veracidade se não contesta; enquanto não mostrarem a falsidade de tais documentos, seus ditos de mofa não poderão destruir as impressões que elas causam no público. O *Bosquejo Histórico* contém uma ideia dominante – a necessidade de atacar e destruir de pronto o pequeno exército rebelde que estava seguro do lado de Viamão –; esta ideia que eu tanto sustentei, tenho-a justificado com o raciocínio e com os resultados do seu desprezo. Todos os que a desprezaram por diversos princípios não podem simpatizar com estas narrações; [...] mal pensava que dizia uma verdade, que toda a província reconhece com o exército que estava possuído daquela mesma ideia dominante no Bosquejo! [...] Se não tenho justificado a minha opinião, refutem-na (COUTINHO, 1986, p. 23).

Ao fim, na sua memória histórica alguns elementos são centrais: a maneira correta de produzir a escrita da história no século XIX, a imparcialidade, documentação, a ideia militar de uma batalha decisiva e a defesa dos áulicos na figura do general João Paulo. Sua narrativa em *Negócios do Rio Grande* é uma narrativa dos acontecimentos militares e das discussões políticas dos militares monarquistas, neste caso a operação de Passo Fundo comandada pelo presidente-general Andréa.

Considerações finais

Através da construção da ordem havia todo uma rede política, jurídica e epistêmica sobre o como abordar o passado da Farroupilha. A princípio a trama narrativa já estava fornecida pelo IHGB em 1838 e pelo contexto social

quanto antes”, e não deixasse os rebeldes principiarem seus movimentos.

e político do regresso conservador. Desse modo, as memórias históricas de Saturnino estão nessa ambiência.

Portanto, Saturnino operacionalizou *Negócios do Rio Grande* para a sua defesa e, também, a proteção da facção político dos áulicos que ele representava. Mostrou com isso o seu entendimento do passado, que fornece lições ao presente. Além disso, ofereceu a sua memória histórica, documentadas, para que sejam fontes para os futuros historiadores. Igualmente, a intriga narrativa em *Negócios do Rio Grande*, que organiza a ligação dos fatos são as divergências militares e, principalmente, política, isto é, é a disputa entre facções pelo comando do Estado Imperial. Ademais, toda a sua narrativa se concentra nos episódios militares, batalhas, escaramuças políticas, entre militares monarquistas e os líderes rebeldes e sobre seus sistemas de guerras e a política imperial. Desse modo, a construção da ordem monárquica e a defesa dos áulicos faz-se presente, a partir desses elementos, em sua memória histórica, pois trata-se da defesa de suas escolhas militares e políticas dos áulicos. Por fim, essa avaliação do trabalho historiográfico de Saturnino, levou-me a repensar a metodologia de Certeau (2007) como tendo que ser alterada para a realidade local, isto é, lugar social e práticas científicas da historiografia deram-se de forma diferente da que foi postulada pelo historiador francês, pois, “ser” áulico é uma dimensão gnosiológica e política.

Bibliografia

Alonso, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. In: *Revista brasileira de ciências sociais*, vol. 15, nº 44 outubro de 2000.

Araujo, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

Barreto, João da Cunha Lobo. “Revolução de 1835: apontamentos sobre a revolução do Rio Grande do Sul até o deplorável ataque do Rio Pardo”. In: *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, Oficinas gráficas do Arquivo Nacional, n. 31, 1935.

Bentivoglio Julio. Palacianos e Aulicismo no Segundo Reinado – A facção Áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da Corte de D. Pedro II. In:

Revista Esboços, vol. 17, nº 23, UFSC, 2010.

Boeira, Luciana Fernandes. *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a Província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH/PPH, 2013.

Brancato, Braz, A. A. D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal e o constitucionalismo ibérico. In: *Historia constitucional* (revista eletrônica), n. 5, 2004.

Carvalho, José Murilo de. Introdução. In: Vasconcelos, Bernardo Pereira. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 1999.

Carvalho, José Murilo de. Elites políticas e construção do Estado. In: *A construção da ordem: a elite imperial*. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

Carvalho, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

Certeau, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

Cezar, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra (org.) *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

Coutinho, Saturnino de Souza e Oliveira. (1841-1842). *Negócios do Rio Grande: as eperações de Passo Fundo*. Porto Alegre: Corag, 1986.

Dolhnikoff, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

Fontoura, Antonio Vicente da. [1934, RIHGRGS]. *Diário: de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845*. Porto Alegre: Sulina; Martins; Caxias do Sul; Ed. Universidade de Caxias do Sul, 1984.

Fontoura, Antonio Vicente da. Apontamentos para a história da Revolução de 1835-1845. Porto Alegre: [s.n], 1928.

Fragoso, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha (1835-1845): Narrativas sintéticas das operações militares*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1938.

Gonçalves, Andréa Lisly. Aspectos da história e da historiografia sobre o Brasil e Portugal das primeiras décadas do século XIX. In: *História da*

historiografia, Ouro Preto, n. 10, dezembro, 2012.

Guazzelli, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese (doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1998.

Guimarães, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 156 n. 388, p. 459-613, jul./set.1995.

Guimarães, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

Hruby, Hugo. *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. Porto Alegre: PUCRS, 2012. Tese (Doutorado em História).

Koselleck, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

Pinheiro, José Feliciano Fernandes. (1839). *Anais da Província de São Pedro*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

Pontes, Rodrigo de Souza da Silva. *Memória histórica da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Departamento de artes gráficas, 2006.

Rancière, Jacques. *Os nomes da história: Ensaio de poética do saber*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

Rüsen, Jörn. Tópica - Formas da historiografia. In: *História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

Thiesse, Anne-Marie. Ficções criadoras: As identidades nacionais. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002.